

GESTÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: INTENSIDADES DEMOCRÁTICAS EM ANÁLISE

Robinson Francino da Costa

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

professorrobinson@gmail.com

Esta pesquisa analisa a importância da democracia nos processos de gestão das universidades públicas na perspectiva de Mészáros (2005), baseado em Gramsci, educar significa colocar fim à separação entre *homo faber* e *homo sapiens*, é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, revelando as suas possibilidades criativas e emancipatórias. Assim, constituiu-se o problema desta discussão: Quais fatores contribuem para a ampliação da intensidade democrática da/na gestão das universidades federais brasileiras? Para tratar esta questão, se fez necessário investigar a origem das universidades, entendendo a sua finalidade de criação, como eram governadas em suas relações com a Igreja, o Estado e a Sociedade medieval para Rüegg (1996), somente no século XII é que houve a organização de alunos e professores de áreas distintas para juntos ganharem força com o propósito de combater adversidades como alugueis caros, alimentação. Já no período moderno das universidades dois grandes modelos de gestão foram criados o napoleônico e o humboldtiano, ambos caracterizados pela restrição da participação direta da Igreja. O modelo francês de Napoleão era de fragmentação da universidade em cursos práticos para atender as demandas de expansão territorial e comercial da França, para Paula (2002) tratou-se de um aparelho ideológico do antigo regime. Já na Alemanha o Estado deveria ser o mantenedor das universidades, no entanto, com uma maior autonomia destas na gestão, uma concepção pensada inicialmente por Hegel e levado a cabo por pensadores como Fichte, Schelling, Scheleiermacher, Wolf e Humboldt. No modelo alemão havia uma preocupação fundamental com a pesquisa e com a unidade entre ensino e investigação científica, ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional. Um outro modelo que mereceu destaque foi o norte americano que teve com sua principal referência a universidade inglesa de Oxford, ainda em meados do século XVII surge a Harvard University. As universidades americanas se embasaram na relação de extensão das parcerias entre a instituição e o setor privado na busca de soluções industriais, produtos e serviços. No Brasil, tardiamente

surgiu a universidade do Rio de Janeiro em 1920, criada pelo Estado, com aspectos de gestão napoleônico, dispersos estruturalmente com escolas isoladas de prioridade técnica. A Universidade de São Paulo teve sua concepção às margens da política do Estado, alinhado ao modelo humboldtiano para formação de intelectuais e pensadores. A partir dos anos 60, marcado pelo início da ditadura militar, o ministério da educação se aproximou das ideias norte americanas de gestão, onde a USP passou a implantar e exercer com mais evidência a extensão universitária. As relações de proximidade destas instituições com o capitalismo têm destaque nos estudos de Cóssio (2008) alinhada à Wood (2011) onde retrata que o ajuste das funções da universidade aos preceitos capitalistas não tem ocorrido sem tensões. Ao contrário, existe uma pressão por uma parcela da sociedade por mais democracia no interior das instituições, e maior acesso por meio de formas diversificadas de ingresso e cotas para grupos considerados vulneráveis, ao mesmo tempo em que o movimento neoliberal por meio de discursos reducionistas do Estado e depreciativo às ciências cooptou em uma parcela da sociedade adeptos antidemocráticos. Pode-se constatar por Sen (2011), Wood (2011) que as ações do capitalismo são de encontro à justiça social, com uma necessidade de manutenção das precariedades sociais e baixa emancipação intelectual fomentada nas universidades. Para reunir os elementos necessário à esta pesquisa, se optou por uma metodologia qualitativa-descritiva, tendo como unidade de análise a forma de gestão. Assim, pode-se agrupar documentos utilizados como instrumentos de gestão nos últimos quinze anos. Então, realizou-se a análise de conteúdo para verificação dos achados da pesquisa em cinco universidades federais, tendo como critério de escolha o maior número de alunos, sendo uma de cada região do Brasil. O desenvolvimento da análise foi concentrado em cinco categorias de análise sendo: Planejamento das universidades federais; Implicações do modelo econômico na gestão universitária; Gestão democrática; Autonomia universitária e Prioridades de gestão. Os principais resultados encontrados são apontados a seguir. A gestão da universidade do Centro-Oeste em seu primeiro PDI se apresentou demasiadamente tecnicista, até mesmo descumprindo as orientações do Ministério da Educação sobre a composição do documento. Sobre as influências do modelo capitalista atual a UF do Centro-Oeste tem em seu Plano de Desenvolvimento de (2006-2010) apenas um plano de resultados econômicos e projeções que buscam o equilíbrio fiscal entre receitas e despesas. Nos documentos seguintes, PDI 2014-2017 e 2018-2022, há

utilização de elementos de gestão privada como a matriz SWOT (2014-2017) e BSC (2018-2022), que tem sua essência fixada em conceitos de lucratividade e desempenho. A instituição do Norte, na redemocratização do país esta instituição também passou a se valer de práticas coletivas em suas decisões como os colegiados. Contudo, nas formas procedimentais e técnicas de condução dos trabalhos, fez adesão por instrumentos de gestão criados e adotados por organizações privadas, de tal modo que esta universidade firmou 87% de todas as suas parcerias com o setor privado. Se estabeleceu um campo de tensionamento natural de qualquer processo democrático. Há também ações coletivas e humanistas, como ações de extensão onde a comunidade ribeirinha recebe serviços e cuidados pelos programas institucionais. A Universidade da Região Nordeste por meio de seus conselhos, estabeleceu uma autocrítica, considerando-se elitista pois em 2002 dentre seus alunos apenas 11% se identificavam como pobres. Assim, ampliou o número de vagas e cursos ofertados entre 2004 e 2010, antes mesmo do REUNI. Em seu PDI atual nota-se que as discussões coletivas são amplamente incentivadas, abarcando a pluralidade de ideias, bem como a implementação das ações posteriores. Em seus documentos oficiais, não apresenta maior proximidade com as organizações privadas e não utiliza de expedientes ou instrumentos de gestão típicos de empreendimentos privados. A Universidade do Sul foi uma das primeiras a trabalhar, ainda de modo discreto, a inclusão social por ações afirmativas em 2008. Seu primeiro planejamento institucional elaborado de modo coletivo ocorreu apenas em 2011, sendo o mais tardio dentre as instituições investigadas. Desde então, apresenta manifestações democráticas maduras, com conselhos ativos em todas as políticas desenvolvidas pela instituição, conforme destacado durante a análise, com apontamento de relatos em atas. Contudo, na contramão dessa força democrática de gestão, apresenta a presença de empresas na constituição do seu principal conselho deliberativo. A Universidade do Sudeste em seu início foi administrada de modo centralizado por um conselho de curadores que oficialmente deixou de exercer seu poder gestor em 1978, mas que ainda em 1993 brigava judicialmente para reavê-lo, provocou marcas na essência democrática institucional. Apenas com a trajetória das políticas públicas do governo federal em meados de 2000. Das instituições investigadas foi a mais tardia e reticente em aderir à política de reserva de vagas para pessoas em situação de vulnerabilidade. Por fim, foi possível concluir que os fatores que mais contribuíram para a ampliação da intensidade democrática na gestão

das universidades federais brasileiras, foram as ações de seus conselhos como instrumentos plurais, entre alunos, professores, sociedade, logo democráticos para o exercício da gestão compartilhada. E, notoriamente, as políticas públicas do governo federal nas gestões Lula e Dilma Rousseff foram fundamentais para instrumentalizar a democratização das Universidades Federais, prestaram uma contribuição para a organização de um processo contra hegemônico no Brasil. As ações governamentais se direcionaram para classes antes excluídas do ensino superior. Dentro da concepção de universidade humboldtiana esse alinhamento entre as políticas nacionais e a gestão das universidades promoveram o fenômeno da democracia de média/alta intensidade (Santos, 2002), onde os resultados atingidos estão em sintonia com a Política Nacional de Assistência Estudantil, Programa Universidade para Todos, Programa de Inclusão Social e Racial, Programa INCLUIR e por fim destaca-se ainda o programa para incentivo da formação de professores no Brasil: pé-de-meia licenciatura e o mais professores.

REFERÊNCIAS

- CÓSSIO, Maria de Fátima. **Políticas institucionais de formação pedagógica e seus efeitos na configuração da docência e na qualidade universitária: um estudo sobre as IES comunitárias do RS**. Tese de Doutorado. UFRGS. 2008.
- MÉSZAROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. **USP e UFRJ a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14 (2): 147-161, outubro de 2002. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12387/14164>>. Acesso em 5/jan. de 2025.
- RÜEGG, Walter. **Temas. Cap. 1. In: Uma história da universidade na Europa. Vol. 1. As universidades na idade média**. Editora: Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Segunda reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.